

Elói Martins Senhoras
(ORGANIZADOR)

Desafios das
**CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS**
no desenvolvimento da ciência

3



Elói Martins Senhoras
(ORGANIZADOR)

Desafios das
**CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS**
no desenvolvimento da ciência

3



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Desafios das ciências sociais aplicadas no desenvolvimento da ciência 3

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D441 Desafios das ciências sociais aplicadas no desenvolvimento da ciência 3 / Organizador Elói Martins Senhoras. - Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0084-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.844221805>

1. Ciências sociais. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos - CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

O campo científico dos estudos de Ciências Sociais Aplicadas tem evoluído de modo significativo nos últimos dois séculos em função das transformações estruturais nos contextos, tanto, econômico do sistema capitalista, quanto, político do sistema internacional, os quais repercutiram em crescente complexificação da realidade.

Partindo deste campo científico, “Desafios das Ciências Sociais Aplicadas no Desenvolvimento da Ciência 3”, trata-se de uma obra que tem o objetivo de reunir diferentes contribuições de uma área temática que propicia um olhar multidisciplinar sobre a realidade, possibilitando assim construir uma agenda internacional de estudos com base em pesquisas temática no Brasil e no México.

Os dez capítulos apresentados neste livro são fruto de um rigoroso trabalho teórico-metodológico desenvolvido por pesquisadores brasileiros e estrangeiros comprometidos para a apreensão da realidade empírica contemporânea e que acabam por repercutir cientificamente no enriquecimento multidisciplinar do próprio campo das Ciências Sociais Aplicadas.

As análises apresentadas ao longo destes capítulos foram organizadas à luz de um pluralismo teórico-metodológico que se assenta em um conjunto diferenciado de recortes teóricos, paradigmas ideológicos e procedimentos metodológicos de levantamento e análise de dados, possibilitando assim um relevante diálogo com fundamentações em diferentes campos epistemológicos.

Com base nos resultados das pesquisas apresentadas ao longo dos capítulos deste livro, surgem instigantes discussões sobre temas específicos da realidade humana, beneficiadas por uma coletiva construção do conhecimento e uma rigorosa uma abordagem teórica-metodológica de natureza multidisciplinar que favorecem a ampliação da fronteira conhecimento no campo científico das Ciências Sociais Aplicadas.

A construção epistemológica apresentada neste trabalho coletivo busca romper consensos, findando demonstrar a riqueza existente no anarquismo teórico e metodológico do campo das Ciências Sociais Aplicadas em resposta à complexa realidade empírica, razão pela qual convidamos você leitor(a) a nos acompanhar à luz do ecletismo registrado nos estimulantes estudos empíricos deste livro.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras


SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A PRODUÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS COM AGROTÓXICOS NO BRASIL E NA UNIÃO EUROPEIA

Lane Cardim Soares

Henrique Tahan Novaes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8442218051>


CAPÍTULO 2..... 10

ANALYSIS OF STRATEGIC PLANNING IN SMES OF CLOTHING INDUSTRY OF THE MUNICIPALITY OF IXTACUIXTLA, TLAXCALA UNDER THE APPROACH OF THE BALANCED SCORECARD

Nabetsy Venezia Torres Sánchez

Ma. Elizabeth Montiel Huerta

Alejandra Torres López

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8442218052>


CAPÍTULO 3..... 23

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS: ESTUDO DE CASO EM UM ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE NA CIDADE DE SORRISO-MT

Angelina Martins dos Santos

Diara Andréia Tiecher Colle

Jéssica Grigoletto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8442218053>

CAPÍTULO 4..... 35

INTELIGÊNCIA EMOCIONAL E RESILIÊNCIA APLICADA NA GESTÃO E NEGÓCIOS

Mário Sérgio Corsini


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8442218054>

CAPÍTULO 5..... 44

O COMPLIANCE NA GESTÃO DA SECRETARIA DE INOVAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Roberto Luis de Figueiredo dos Santos Júnior

Alexandre Moraes Ramos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8442218055>

CAPÍTULO 6..... 59


RADAR DA INOVAÇÃO COMO VANTAGEM COMPETITIVA: UM ESTUDO DE CASO





Wendell Soares da Silva

Guilherme Martinasso Lima

Sandro Braz Silva

Marcelo Rabelo Henrique

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8442218056>

CAPÍTULO 7	76
SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL - 1995 a 2020: DINÂMICA SETORIAL E GOVERNANÇA	
Tagore Villarim de Siqueira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8442218057	
CAPÍTULO 8	91
LITERATURA ESCOLAR COMO FONTE E DOCUMENTO HISTÓRICO	
Valdeci Rezende Borges	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8442218058	
CAPÍTULO 9	106
FOLHETOS DE CORDEL EM ACESSO ABERTO, A EXPERIÊNCIA DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA	
Ana Ligia Silva Medeiros	
Luziana Jordão Lessa Trézze	
Elisete de Sousa Melo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8442218059	
CAPÍTULO 10	112
LO GREMIAL Y EL TRABAJO DOMÉSTICO	
Cristian Rios	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84422180510	
SOBRE O ORGANIZADOR	121
ÍNDICE REMISSIVO	122

CAPÍTULO 10

LO GREMIAL Y EL TRABAJO DOMÉSTICO

Data de aceite: 02/05/2022

Cristian Rios

Universidad Nacional de Asunción

RESUMEN: Abordando una investigación bibliográfica y recurriendo a fuentes primarias indagamos sobre las condicionantes gremiales con las que se encuentra el Sindicato de Trabajadoras Domésticas, sus fortalezas, dificultades. Como Objetivo general definimos: Conocer las condicionantes gremiales que enfrenta el Sindicato de Trabajadoras domésticas. Y como objetivos específicos; a) Identificar factores que dificultan el desenvolvimiento del Sindicato de Trabajadoras domésticas. b) Identificar las fortalezas con las que cuentan el Sindicato de Trabajadoras Domésticas para seguir con las luchas por sus reivindicaciones. En el campo gremial, ha sido un elemento unificador el proyecto de ley sobre el trabajo doméstico, articulando tres gremios del sector. Por otro lado, para las mujeres, persisten posibilidades de discriminación salarial, rechazo laboral por estar sindicalizada, escaso permiso para las reuniones, etc. Observamos que el trabajo doméstico es una de las expresiones de la cuestión social, presente en el campo y la ciudad dentro de la división social y sexual del trabajo. Las trabajadoras encuentran en el gremio; integración, contención, orientaciones y una herramienta de lucha por los derechos en el marco de una relación de poder estado-sindicato, patronal-trabajadora, situación donde la patronal no siempre está disociada del

estado.

PALABRAS CLAVE: Condicionantes gremiales, Trabajo Doméstico, Cuestión social y género.

Como **Objetivo** general definimos, Conocer las condicionantes gremiales que enfrenta el Sindicato de Trabajadoras domésticas. Y como objetivos específicos; por un lado, Identificar factores que dificultan el desenvolvimiento del Sindicato de Trabajadoras domésticas. Por otra parte, Identificar las fortalezas con las que cuentan el sindicato de Trabajadoras Domésticas para seguir con las luchas por sus reivindicaciones.

Las variables de estudio y aproximación utilizados son:

Indicadores	Variables
Indicadores del mercado laboral	Salario, distribución por sexo, diferencias de edad.
Acciones estatales	Programas, resoluciones, emprendimientos normativos
Sujetos y actores vinculados	Trabajadoras, gremios, patronal, estado, OIT

RESULTADOS

El **trabajo doméstico**, es el trabajo realizado por una persona en un hogar distinto a su unidad familiar, y por el que recibe una remuneración. Esta actividad comprende las labores relacionadas con los servicios de limpieza, la cocina y lavado de la ropa, además

de la atención de los niños, ancianos, discapacitados y animales domésticos, entre otras. Implica una multiplicidad de tareas especializadas a menudos pesados y repetitivos.

Las trabajadoras domésticas no asisten a una institución de educación, alegan la falta de recursos económicos (69,7%), ya que el salario apenas alcanza para la alimentación y no para la educación. Pues, el promedio de remuneración en el empleo doméstico es de 876 mil G. Las mujeres perciben un 41% menos. Si cada trabajadora doméstica trabajara en un solo hogar, estamos hablando cerca de 13% de los hogares del país, posiblemente concentrados en la franja con mejores condiciones económicas. (Soto, C. (2014) ¿Por qué pagar el sueldo mínimo a las trabajadoras domésticas?. Asuncion).

SINDICATO DE TRABAJADORAS DOMÉSTICAS DEL PARAGUAY (SINTRADOP)

El Sindicato de Trabajadoras domésticas del Paraguay (SINTRADOP) es un gremio que se inicia ya en 1989. Sin embargo ha tenido una visible participación desde el año 2009. Realiza capacitaciones sobre la importancia y la necesidad de organizarse, conocimiento y reconocimientos de los derechos como mujeres trabajadoras, orientaciones y acompañamientos en casos de conflictos. Tiene afiliadas en las zonas de Gran Asunción y en localidades del interior. El SINTRADOP está afiliado a la Central Nacional de Trabajadores CNT, donde se realizan intercambios, reuniones, debates etc. Desde aquí reciben apoyo como acompañamiento y asesoramientos jurídicos en casos de conflictos y/o en las acciones realizadas por las reivindicaciones de las trabajadoras.

El SINTRADOP reconociéndose como mujeres trabajadoras, (una perspectiva de género y clase aunque no siempre asumida) trabaja en conjunto con la Asociación de Empleadas del Servicio Doméstico del Paraguay -AESD, y el Sindicato de Trabajadoras Domésticas y Afines de Itapúa-SINTRADI. Además desarrolla relaciones y trabajos en conjunto con el Centro de Documentación y Estudios, CDE, por medio de proyectos y emprendimientos con ONU MUJERES y la OIT.¹

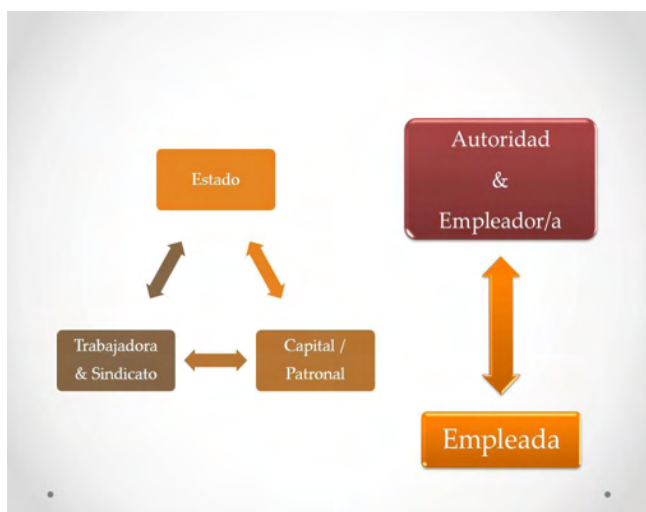
Entre los principales Derechos postergados podemos mencionar: a) Salario mínimo y equitativo; b) Compensación por horas extras de trabajo; c) Jornadas máximas de 8 horas diarias; d) Acceso a seguro social como jubilación, bonificación familiar y otros. E) Estabilidad laboral; f) Contrato por escrito; g) Vacaciones, etc. En el marco de la seguridad social nos han mencionado que hasta ahora una persona puede trabajar formalmente a partir de los 16 años, pero el sistema del IPS solo permite asegurar a partir de los 18 años de edad, es decir, legalmente está permitido que una persona, preferentemente mujer trabaje 2 años sin tener garantizado los derechos mínimos como trabajadora vinculado con la patronal.

¹ Datos e informaciones recabadas de la entrevista realizada a la presidenta de la SINTRADOP

RELACIÓN ESTADO Y PATRONES

“Nosotras estamos en contra del estado, ya que los patrones están en el estado”(...)

Aquí constatamos una de las críticas teóricas y políticas realizadas desde la perspectiva del materialismo histórico dialectico hacia el Estado. La misma constituye un aparato, que responde a los intereses de la clase pudiente con una permanente represión directa y/o sistemática a la clase trabajadora. Y una de las expresiones más gráficas son las trabajadoras domésticas quienes “trabajan” en las casas más pudientes, sean funcionarios públicos o del sector privado. Es decir que patrones y patronas son al mismo tiempo “autoridades” que deben garantizar el cumplimiento de los derechos de las personas y las responsabilidades del estado desde las diferentes instituciones competentes y la legislación vigente. En este sentido se puede asimilar una incipiente identidad de clase, como clase trabajadora, pues existe una relación contradictoria entre patrón/a, autoridad y trabajadora doméstica. que se manifiesta todos los días en los hogares; además de una asimilación de los demás trabajadores con realidades comunes, SER EXPLOTADO/A.



Elaboración propia.

LAS REUNIONES COMO ESPACIO DE ESCUCHA Y DESCARGA

Las reuniones son espacios en las cuales se comparten identidad colectiva, las mismas realidades. Observamos que la organización, además de su rol de lucha social por los derechos de las trabajadoras, constituye también un espacio propio, de descarga personal, de comprensión, de escucha mutuo como persona humana, en la cual se pone de manifiesto, sentimientos, emociones, problemas y preocupaciones, los sueños que muchas veces no encuentran lugar o espacio para expresarse. Ello motiva el encuentro de

los domingos, único día de descanso, aunque no en todos los casos.

ACTITUDES DE SUPERACIÓN DE LAS MUJERES TRABAJADORAS DOMÉSTICAS

A partir de una convicción de la mujer trabajadora, genera una necesidad y conciencia de una mejor distribución de las tareas *domésticas en los hogares*. Esto se da en solidaridad primero con ella y luego se convierte en hábito por los demás miembros, sean hijos/hijas maridos y/o parejas etc., caso contrario tendría que trabajar doble, casi sin descanso. Por otro lado, quienes están agremiadas en su mayoría y se destacan por la doble responsabilidad asumida, la de cumplir con los compromisos asumidos de forma verbal o escrito en su lugar de trabajo como también, la responsabilidad de respetar y hacer respetar su organización y/o sindicato.

A pesar de que Paraguay ha aprobado el Convenio: junto con Uruguay, y Bolivia, aún hay mucho por hacer por las trabajadoras domésticas que representan cerca de un 18% de las mujeres ocupadas del país.

Discusión: Un sindicato de mujeres se encuentra reprimida y negada fuertemente la -libertad- de organizarse y reivindicar los derechos de mujeres y varones. El Sindicato de Trabajadoras Domésticas del Paraguay afronta un fuerte machismo enraizado en la misma cultura, en las instituciones del estado, y en actores sociales, que lo reproducen acompañado de un silencio cómplice desde las instituciones del estado.

DIFICULTADES DEL SINDICATO DE TRABAJADORAS DOMÉSTICAS

Entre los factores y aspectos que dificultan el Sindicato de Trabajadoras domésticas, se observa; escasa concesión de permiso de la patronal para asistir a las reuniones, aunque la misma sea un derecho constitucional. Dado la falta de tiempo, solo se pueden reunir y movilizar preferentemente los días domingo. Posibles discriminación y rechazo por la patronal a raíz de ser/estar sindicalizada. En algunos casos el/la patronal al mismo tiempo es juez y parte directa o indirectamente, por ejemplo en los casos de funcionarios públicos que tienen influencias dentro de las instituciones del estado por lo que la trabajadora aunque apoyada por el sindicato tiene desventajas a la hora de una confrontación jurídica o legal. Persistencia de conductas machistas en varones y mujeres, tanto en las instituciones como en sectores sociales cercanos al gremio, lo cual se traduce en menor reconocimiento político hacia el sindicato de las trabajadoras domésticas.

FORTALEZAS ORGANIZATIVAS DEL SINTRADOP

Gracias a las acciones reivindicativas de respeto laboral, económico, política y culturalmente, brinda una esperanza y cierta protección a las mujeres trabajadoras del

hogar. Dan fortaleza al sindicato y a las trabajadoras las conquistas, incluso cuando la patronal es una “autoridad”. El sindicato además, constituye un espacio de escucha mutuo entre las trabajadoras, con carácter menos rígido de interacción para compartir preocupaciones, entre las trabajadoras. Ello genera un bien estar en la persona, ya que hay un compartir humano entre iguales y se traduce en fortalezas.

En las relaciones gremiales y políticas del Sindicato, tiene apoyos ya sea política o técnicamente de otras organizaciones miembro de la CNT, como asesoramiento y acompañamientos jurídicos, etc. Pero a la vez, inquietan ciertas actitudes y conductas con rasgos machistas presentes en la sociedad que permean los gremios de trabajadoras. Pues bien, juega un rol determinante los intereses económicos y políticas, las clases sociales en las cuales está inserto la perspectiva de género, como expresión de la división social y sexual del trabajo, además que entre tanto desde el estado y diferentes sectores sociales genera una dinámica, una relación dialéctica, el cual debe ser asumida, analizada y abordada desde las herramientas y conocimientos de Trabajo Social⁷.

CONTEXTO LATINOAMERICANO

En el contexto latinoamericano se observan varios aspectos con relación al trabajo doméstico, enmarcado en la división social del trabajo a partir de modelos económicos-productivos especialmente.

Por una lado, por los modelos de producción agraria en el Paraguay, existe una tendencia de migración a las ciudades de Argentina en primer lugar. La población paraguaya que reside en ese país rondaría las 550.000 personas y más de la mitad (56%) de ellas son mujeres. En esta línea cabe señalar que un 60% de las trabajadoras domésticas paraguayas que trabajan en Argentina eran también trabajadoras domésticas en Paraguay. (Nación, 2016).

En 2013 América Latina concentraba el 37% del trabajo doméstico del mundo; esta actividad ha sido históricamente una fuente importante de empleo femenino en la región, si bien su relevancia ha disminuido: en el año 2000 representaba el 18.6% cayendo al 13.7% en 2014.

En el caso del Brasil este descenso ha sido atribuido a la caída en la demanda por parte de los hogares, debido a dos factores: la disminución del número de miembros de los hogares, y el aumento de los salarios derivado de la creciente si bien restringida formalización (Forlac, OIT, 2014). En cambio, en Costa Rica, El Salvador y la República Dominicana en 2014 el peso del trabajo doméstico aumentó, mientras que en Argentina la caída fue muy leve y la proporción de mujeres en el sector se mantuvo por encima del promedio de la región. (Cortés, 2016)

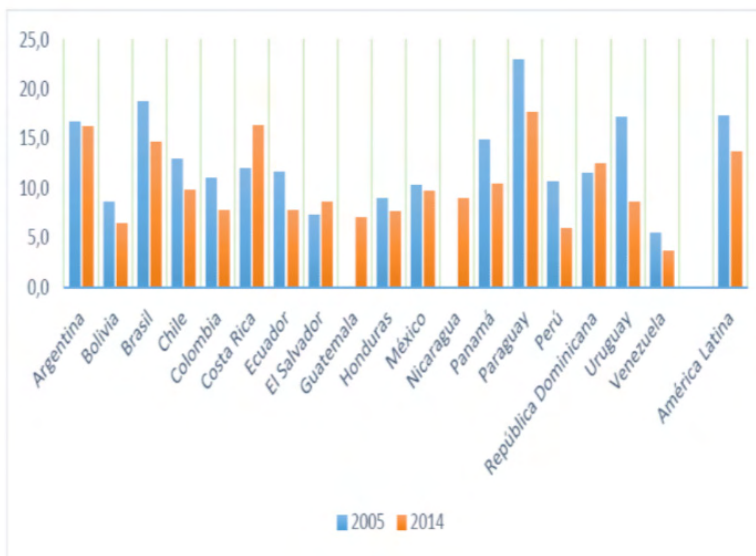


Gráfico III. Evolución del Empleo Doméstico Femenino 2005-2014. América Latina (en porcentaje)

Fuente: (Cortés, 2016)

En países con fuerte presencia indígena, como Bolivia, o de población afro descendiente como Brasil, estos grupos están sobre representados en el trabajo doméstico, si bien este peso tiende a disminuir. En Bolivia tendieron a disminuir las trabajadoras del hogar indígenas en las ciudades, mientras aumentaba la proporción de varones indígenas trabajadores de los hogares.

En cuanto a las normativas, hay importantes avances aunque del todo insuficientes aún. Se destacan la labor de organismos como la OIT que va promoviendo acuerdos y convenios internacionales.

No obstante, el trabajo doméstico realizado por mayoritariamente por las mujeres, muchas de ellas niñas, adolescentes y/o migrantes, que se caracteriza por ser invisible y desvalorizado económica y socialmente, no ha sido objeto de una normativa especial dirigida a equiparar sus condiciones y protección de sus derechos laborales y dentro de éstos su derecho a la seguridad social.

Se puede afirmar que la mayoría de los Convenios de la OIT aplican a las trabajadoras domésticas.

Entre ellos el

1. Convenio OIT N° 100 sobre igualdad de remuneración, y su Recomendación N° 90,
2. el Convenio N° 111 sobre la discriminación en el empleo y la ocupación, y su Recomendación N° 111, Convenio 156 sobre Trabajadores con responsabilidad familiares,

3. Convenio N° 183 sobre protección de la maternidad,
4. el Convenio No. 97 sobre los trabajadores migrantes,
5. el Convenio sobre los trabajadores migrantes No.143 (disposiciones complementarias), Convenio sobre la conservación de los derechos en materia de seguridad social, 1982 (No. 157), Recomendación sobre la conservación de los derechos en materia de seguridad social, 1983 (No.167),
6. Convenio No. 102 relativo a la Norma Mínima de la Seguridad Social y Recomendación 202 sobre el piso de protección social.

Acceso a la Seguridad

El trabajo doméstico ha sido definido como “grupo de difícil cobertura” para la seguridad social por las condiciones de contratación que lo diferencia de la relación asalariada clásica, particularmente por las características que, junto al hecho que el lugar de trabajo es un hogar particular, contribuyen a la vulnerabilidad de este colectivo: alta rotación laboral, trabajo para más de un empleador, ausencia de contrato de trabajo, y baja valoración social (OIT, 2015; WIEGO, 2010). Además de los factores vinculados con la naturaleza de la ocupación en sí, se han identificado factores institucionales que generan barreras frente a la cobertura, entre otros la inexistencia de canales administrativos de fácil acceso para la afiliación y cobro de las contribuciones, el precario desarrollo de estrategias de información dirigidas a las trabajadoras acerca de sus derechos, y las dificultades de organización autónoma de las trabajadoras.

Otro de los aspectos importantes a tener en cuenta, es la relación de salario según el sexo. Según un documento de la CEPAL² del año 2014, existe una constante en los países de Latinoamérica, donde el salario promedio de la población femenina corresponde sólo al 60% del salario de la población masculina, en igual empleo, aunque con variaciones según países. Así mismo, según el mismo documento, se observa, un menor salario para las trabajadoras domésticas, en países con mayor población rural.

Haciendo una contraste con el contexto de Paraguay, observamos que existe un mayor índice de vulneración de derechos y entre ellos de menor salario a trabajadoras domésticas en el ámbito rural, según nos han manifestado referentes de Sindicato de Trabajadoras Domésticas del Paraguay SINTRADOP.

Otro de los fenómenos vistos es la vinculación con la urbanización o la migración a sectores urbanos y periurbanos de la población rural, la relación patrón-trabajador mantiene rasgos comunes entre varios países. Por ejemplo, Argentina tiene un alto porcentaje de población urbana y es un sitio donde más viajan las trabajadoras paraguayas. Por otro lado Brasil, mantiene una población rural oscilante entre los 35 a 40 % de población rural, pero con la utilización de fuerza de trabajo negra y/o afro- descendiente.

² Patrones, empleados calificados y no calificados de microempresas, y trabajadores por cuenta propia no calificados en manufactura, comercio y construcción. CEPAL. 2014.

A partir de estos hechos está visto que el trabajo doméstico, está vinculado con los modelos económicos-productivos a escalas nacionales como internacionales. Ya que se da como fuerza de trabajo de un sector social, para la funcionalidad de otros sectores económicos del sistema social vigente.



Elaboración propia

En el contexto latinoamericano se observan varios aspectos con relación al trabajo doméstico, enmarcado en la división social e internacional del trabajo a partir de modelos económicos-productivos, donde inciden fuertemente en sector rural e igualmente urbano, lo cual en términos del trabajo social denominamos la configuración social, así graficada en el cuadro anterior.

Igualmente persisten hechos como la discriminación social, cultural y legal hacia las personas dedicadas al trabajo doméstico, vistos en la mayoría de los países de la región e incluso otras latitudes.

REFERENCIAS

Blancas, P. R. (s.f.). *La clase y el genero. Dos conceptos irreconciliables a finales del milenio? . Notas para el debate .*

García., C. *Políticas Sociales en Paraguay.* Instituto de Trabajo Social UNA. Asunción: Instituto de Trabajo Social UNA.

Iamamoto, M. *El servicio social en la contemporaneidad. Trabajo y formación profesional .*

Organización Internacional del Trabajo y Dirección General de Estadística, E. y. (2013). *Magnitud y características del trabajo infantil y adolescente. Encuesta Nacional de Actividades de Niños, Niñas y Adolescentes*. Asunción.

Soto, C. *¿Por qué pagar el sueldo mínimo a las trabajadoras domésticas?*

Características y condiciones del trabajo doméstico remunerado en el Paraguay. UNFPA, Asunción, 2014

Programa Conjunto Oportunidades “Juventud, Empleo y Migración”.

Soto y Ruiz. *Trabajadoras domésticas remuneradas. Aprendizajes para la Acción*. Asunción, 2014

Patrones, empleados calificados y no calificados de microempresas, y trabajadores por cuenta propia no calificados en manufactura, comercio y construcción. CEPAL. 2014.

Agüero, M. (2014). Trabajo domestico. (C. Rios, Entrevistador).

Cortés, R. (2016). *Tendencias en Foco*. RedEtisTendencias en Foco es una publicación de RedEtisTendencias en FocoRedEtis-IIPEIIPEIIPE-UNESCO.

Nación, L. (07 de 2016). *La Nación*. Obtenido de file:///C:/Users/Christian%20Rivas/Desktop/AUGM/Presentaron%20resultados%20sobre%20trabajo%20dom%20C3%A9stico%20_%20La%20Naci%C3%B3n.html

SOBRE O ORGANIZADOR

ELÓI MARTINS SENHORAS - Professor associado e pesquisador do Departamento de Relações Internacionais (DRI), do Programa de Especialização em Segurança Pública e Cidadania (MJ/UFRR), do Programa de MBA em Gestão de Cooperativas (OCB-RR/UFRR), do Programa de Mestrado em Geografia (PPG-GEO), do Programa de Mestrado em Sociedade e Fronteiras (PPG-SOF), do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia (PPG-DRA) e do Programa de Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT) da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Graduado em Economia. Graduado em Política. Especialista pós-graduado em Administração - Gestão e Estratégia de Empresas. Especialista pós-graduado em Gestão Pública. Mestre em Relações Internacionais. Mestre em Geografia - Geoeconomia e Geopolítica. Doutor em Ciências. *Post-Doc* em Ciências Jurídicas. *Visiting scholar* na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), na University of Texas at Austin, na Universidad de Buenos Aires, na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, México e na National Defense University. *Visiting researcher* na Escola de Administração Fazendária (ESAF), na Universidad de Belgrano (UB), na University of British Columbia e na University of California, Los Angeles. Professor do quadro de Elaboradores e Revisores do Banco Nacional de Itens (BNI) do Exame Nacional de Desempenho (ENADE) e avaliador do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASIS) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC). Professor orientador do Programa Agentes Locais de Inovação (ALI) do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/RR) e pesquisador do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI). Organizador das coleções de livros Relações Internacionais e Comunicação & Políticas Públicas pela Editora da Universidade Federal de Roraima (UFRR), bem como colunista do Jornal Roraima em Foco. Membro do conselho editorial da Atena Editora.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acesso aberto 106, 108, 109, 110

Administração 33, 35, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 83, 84, 89, 121

Agrotóxicos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9

Água 4, 71, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89

Alimentos 1, 2, 3, 4, 7, 8, 79

Aluno(s) 91, 92, 95, 98, 99

Automotivação 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42

B

Balanced scorecard 10, 11, 13, 16

Banco de dados 28, 31

Brasil 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 24, 25, 26, 33, 53, 56, 60, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 107, 111, 116, 117, 118

C

Casa de Rui Barbosa 106, 107, 108, 110, 111

Competitividade 60, 63, 64, 67, 78, 79, 84, 89

Compliance 15, 32, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58

Comportamento 35, 36, 37, 39, 40, 46, 94, 96

Conduta 47, 51, 54

Confiança 27, 36, 37, 38, 39, 48, 55, 56

Consumo 1, 2, 3, 4, 5, 6

Contabilidade 23, 24, 25, 31, 32, 33

Controle 2, 23, 25, 27, 28, 36, 37, 41, 45, 47, 48, 49, 52, 63, 96, 99, 101

Cordel 106, 107, 108, 110, 111

D

Desenvolvimento 24, 25, 26, 28, 35, 36, 38, 39, 41, 47, 49, 50, 57, 60, 61, 62, 72, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 89, 100, 107, 121

E

Emoções 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 94

Empresa 3, 7, 21, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 38, 42, 57, 59, 61, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 84, 86

Ensino 44, 54, 55, 91, 97, 98, 99, 100, 104, 105

Escola 8, 92, 97, 98, 100, 105, 121

Esgoto 79, 83, 84, 87, 88

F

Fundação Casa de Rui Barbosa 106, 107, 108, 110, 111

G

Gestão 7, 23, 28, 29, 32, 33, 35, 39, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 61, 64, 67, 71, 72, 74, 78, 81, 82, 84, 121

Governança 26, 31, 45, 48, 51, 76, 77, 78, 82, 83, 84, 89

H

Habilidades 35, 36, 41, 42, 95

História 83, 84, 91, 92, 94, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 111

I

Imaginário 91, 95, 96, 97, 98, 100, 104

Inovação 26, 27, 33, 44, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 79, 121

Instituições 54, 55, 57, 76, 84, 94, 96, 98, 101, 106, 107, 109, 110

Inteligência emocional 35, 36, 37, 42

L

Leitura 41, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104

LGPD 33

Literatura 2, 91, 92, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 110, 111

Livros 32, 91, 92, 93, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 108, 121

M

Municípios 76, 77, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88

N

Negócio 30, 41, 42, 45, 51, 52, 60, 63, 64, 67, 71, 72, 73

O

ODSs 76, 77, 78, 89

P

Pesticidas 1, 2, 8

População 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 107

Privacidade 24, 25, 26, 27, 28, 32

Proteção de dados 23, 24, 25, 26, 28, 29, 31, 32, 33

R

Repositório 106, 107, 108, 109, 110

Resiliência 35, 40, 41, 42

S

Saneamento básico 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 89, 90

SEBRAE 59, 60, 61, 64, 65, 66, 67, 69, 71, 74, 121

Segurança 2, 8, 9, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 45, 50, 51, 79, 121

Serviço 27, 31, 59, 66, 70, 72, 73, 80, 81, 82, 108, 121

Setor 7, 45, 47, 48, 54, 55, 59, 60, 61, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 89

Sindicato 112, 113, 115, 116, 118

Software 17, 20, 28, 67, 72

T

Tecnologia 28, 31, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 62, 63, 67, 121

U

União Europeia 1, 2, 3, 4, 7, 8

V

Valores 36, 37, 38, 45, 46, 47, 49, 53, 68, 91, 93, 94, 95, 96, 98, 99

Vantagem competitiva 48, 59, 60, 61

🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Desafios das

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

no desenvolvimento da ciência

3



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Desafios das

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

no desenvolvimento da ciência

3

